

Tales Faria

Michelle é o único nome cotado no PL para o lugar de Flávio

A divulgação do pedido de dinheiro do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao dono do banco Master, Daniel Vorcaro, já produz uma rachadura no PL. Começam a surgir vozes no partido em defesa da substituição do senador como candidato a presidente da República.

O áudio foi divulgado pelo site Intercept Brasil, que afirma constar do aparelho celular de Vorcaro apreendido pela Polícia Federal. Revela pressões de Flávio para receber pagamentos para a produção de um filme com a biografia de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O senador confirmou o pedido, mas nega irregularidades. Diz que se trata de um filme feito com recursos privados, que já estaria até pronto. Segundo o Intercept Brasil, o banqueiro chegou a pagar R\$ 61 milhões para a produção.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro é o nome mais citado nas conversas reservadas dentro do PL para substituir Flávio. Mas o senador está absolutamente resistente à ideia, assim como seus irmãos Eduardo e Carlos e, principalmente, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Flávio chegou a gravar um vídeo em que dá sua versão para a gravação. Segundo ele, “nada mais é do que um filho procurando investidores privados para fazer um filme privado sobre a história do seu próprio pai”.

A cúpula de sua campanha e do partido passou nesta quarta-feira, 13, em “estado permanente de reunião” discutindo tentativas de so-

lução para o problema. Segundo um integrante do partido, ninguém se habilitou a colocar “o guizo no pescoço do gato”, tal o nervosismo com que Flávio e o clã reagia a qualquer insinuação. Mas todos sabiam que o que está em jogo é a permanência da candidatura.

Entre aliados mais próximos e integrantes do partido que não são da família, o único nome cotado para o lugar de Flávio é o da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Na verdade, ela sempre foi a candidata predileta do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

Michelle atualmente é pré-candidata ao Senado por Brasília. Presidente do PL-Mulher, ela é também a preferida da ala feminina da sigla.

Não há outro nome no partido considerado em condições de ser ungido candidato e de fato enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Se o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tivesse se desincompatibilizado do cargo, seria uma opção, dizem os bolsonaristas, embora desfalcasse a disputa no maior colégio eleitoral do país, que é São Paulo.

O temor dentro do partido é de que, se a candidatura de Flávio Bolsonaro se tornar inviável, seu pai tente forçar o nome de Carls Bolsonaro. A avaliação entre os bolsonaristas é de que Carlos não teria a menor chance, mas é sabido que o ex-presidente não gosta da ideia de que sua mulher, Michelle, se torne a sua grande herdeira política.

Fernando Molica

Todos pagaremos pelas blusinhas

A taxa das blusinhas não acabará, apenas passará a ser paga por todos brasileiros e, não apenas pelos consumidores que fazem essas pequenas compras no exterior. No ano passado, o imposto sobre essas importações arrecadou cerca de R\$ 5 bilhões, dinheiro que já havia encontrado destino nos cofres estatais, deficitários e sempre dependentes de mais recursos.

Com o fim da cobrança, o buraco aumentará, e será devidamente coberto por todos nós, muito provavelmente com mais endividamento por parte do Estado, que, como sempre, aumentará a própria dívida com a venda de títulos no mercado.

As blusinhas made in China são as mais novas beneficiárias do interminável clube de recebedores de subsídios concedidos pelos governos. E, coitadas, são bem menos culpadas que outros setores da vida nacional, adictos crônicos de políticas de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

É inevitável, eventualmente necessário, que haja concessão de benefícios fiscais para esta ou aquela atividade, mas esse processo deveria ficar mais claro para quem paga a conta, os brasileiros. Nos acostumamos com a ideia de que, nesses casos, o governo faz um carinho — mas nós é bancamos a festa.

Isso vale para o Simples, para a Zona Franca de Manaus, para a tal da desoneração da folha de pagamentos, para as benesses concedidas ao agro, para o não cobrança de contribuição previdenciária por entidades beneficiárias e, de novo, para as blusinhas.

E olha que, para 2026, a previsão de isenções fiscais já chegava R\$ 612 bilhões, soma do valor que o governo, em nome da sociedade, deixará de arrecadar em impostos. A lógica é a mesma de uma

estrada: quando não há cobrança de pedágio, o valor gasto com a conservação da via é pago por todo mundo, inclusive por quem nunca passa nela.

A indústria e o comércio têm bons argumentos contra a importação liberada de produtos que custam até US\$ 50, cerca de R\$ 250,00. Alegam que se trata de uma concorrência desleal, já que, a produção brasileira é taxada em todas as suas etapas até chegar às mãos do consumidor final.

No limite, a isenção é uma forma de garantir na China empregos que fazem falta por aqui, algo ainda mais dramático diante da tendência cada vez maior de compras pela internet; não à toa, shoppings têm investido mais em gastronomia e atividades de lazer. Compradores, porém, veem a situação por outro ângulo. Graças à produção asiática, conseguem comprar o que por aqui se tornou proibitivo.

Como é comum numa democracia, os dois lados têm suas razões, daí a necessidade de mediação, papel que, neste e em muitos outros casos, cabe ao governante, que tem que pesar as consequências de cada decisão, os benefícios para um determinado setor, os prejuízos para outros — e o custo de cada medida para a sociedade.

O pior de tudo é que, no caso específico, a decisão foi tomada apenas por um critério eleitoral, o governo detectou que a cobrança da taxa deixara muita gente chateada e com vontade de se vingar nas urnas. Mas o pessoal do Planalto podia ter pensado nisso antes, né? Não era tão difícil assim. A situação faz lembrar Vinicius de Moraes que, na letra de “Cotidiano n° 2”, composta com Toquinho, pergunta: “Se foi pra desfazer, por que é que fez?”

EDITORIAL

A importância do 13 de maio para a história

O dia 13 de maio reúne significativos históricos, espirituais e culturais que atravessam o Brasil, Portugal e as religiões de matriz africana. Mais do que uma data do calendário, trata-se de um símbolo que convida à reflexão sobre fé, liberdade, memória e identidade coletiva. Em diferentes contextos, o 13 de maio representa transformação — seja social, religiosa ou espiritual.

No Brasil, a data marca a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que aboliu oficialmente a escravidão. Foi o fim jurídico de um sistema desumano que durante mais de três séculos sustentou a economia do país à custa da violência contra milhões de africanos e seus descendentes. Embora a princesa Isabel tenha entrado para a história como responsável pela assinatura da lei, a abolição foi, acima de tudo, fruto da resistência negra, da atuação do movimento abolicionista e da pressão de uma sociedade que já não conseguia sustentar moralmente a escravidão.

Ainda assim, o 13 de maio exige uma leitura crítica. A liberdade chegou sem reparação, sem inclusão social e sem qualquer política capaz de garantir dignidade à população negra recém-liberta. O Brasil aboliu a escravidão formalmente, mas manteve estruturas de exclusão que atravessaram gerações. Por isso, a data não deve servir apenas para celebração, mas também para reflexão sobre o racismo estrutural e as desigualdades que ainda persistem.

Em Portugal, o 13 de maio possui uma dimensão profundamente religiosa. A data remete às aparições de Nossa Senhora de Fátima, ocorridas em 1917, na cidade de Fátima, evento que se tornou um dos maiores símbolos da fé católica no mundo. Milhões de peregrinos visitam anualmente o Santuário de Fátima movidos pela devoção, pela esperança e pela busca de conforto espiritual. O episódio transformou Portugal em referência internacional do catolicismo e fortaleceu uma tradição religiosa que permanece viva mais de um século depois.

Ao mesmo tempo, no Brasil, o 13 de maio também possui enorme importância para a Umbanda e para as religiões afro-brasileiras. A data é dedicada aos Pretos-Velhos, entidades que simbolizam sabedoria, humildade, paciência e acolhimento. Representam espiritualmente os ancestrais negros escravizados que, mesmo submetidos à dor e à violência, preservaram valores humanos, culturais e espirituais fundamentais para a formação do país.

Em tempos de intolerância religiosa e disputas ideológicas, o 13 de maio lembra que diferentes crenças e experiências históricas podem coexistir no mesmo calendário. A data une liberdade, fé e ancestralidade. E talvez sua maior importância esteja exatamente nisso: recordar que a construção de uma sociedade mais justa passa necessariamente pelo respeito à memória, à diversidade e à dignidade humana.

Opinião do leitor

Corrida eleitoral

O PT teve três governos de Lula e dois de Dilma para reduzir a miséria e a fome no Brasil, e não conseguiu. Dê oportunidade agora para que os outros partidos o façam. Democracia é antes de tudo, alternância no Poder.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sâ e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.